



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA - SEMRE
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	0000089
Data e Hora de Emissão	18/03/2016 11:57:05
Código de Verificação	8d4eb986

PRESTADOR DE SERVIÇOS

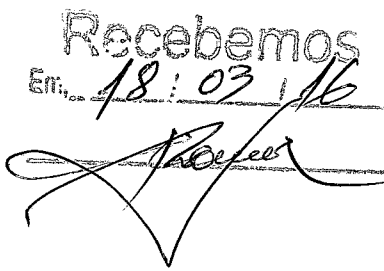
Nome/Razão Social: **SWOT SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA ME**
 CPF/CNPJ: **20.937.858/0001-94** Inscrição Municipal: **0019648800-6**
 Endereço: **RUA PROFESSORA ELISA SILVA, Nº131 - BAIRRO CHACARA CACHOEIRA - CEP:79040-780**
 Município: **CAMPO GRANDE** UF: **MS**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **CARLOS EDUARDO XAVIER MARUN**
 CPF/CNPJ: **408.585.450-04**
 Endereço: **PRACA DOS TRÊS PODERES, Nº372 - BAIRRO ANEXO 3 - CEP:79041-330**
 Município: **BRASILIA** UF: **DF** E-mail: **carlosds_moraes@hotmail.com**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: REF. DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES NO MÊS DE FEVEREIRO/2016
 . VÍDEO - CONCLUSÃO DO HOSPITAL DO TRAUMA;
 . MARUN QUER GARANTIR RECURSOS MÍNIMOS PARA HABITAÇÃO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS;
 . PROJETO DE MARUN ACABA COM RENOVAÇÃO;
 . MARUN DIZ QUE DILMA MENTIU PARA SE REELEGER

Tributável	Item	Qtde	Unitário R\$	Total R\$
SIM	ATIVIDADES PARLAMENTARES	1	8.500,00	8.500,00
				

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

PIS (0,0000%): R\$ 0,00	COFINS (3,0000%): R\$ 0,00	INSS (2,0000%): R\$ 0,00	IR (1,5000%): R\$ 0,00	CSLL (2,0000%): R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 8.500,00				
Valor Total das Deduções: R\$ 0,00	Base de Cálculo: R\$ 8.500,00	Alíquota: 4,31%	Valor do ISS: R\$ 366,35	

OUTRAS INFORMAÇÕES

Mês de Competência da Nota Fiscal: 03/2016
 Recolhimento: ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR
 Prestador optante Simples Nacional e sua alíquota é 4,31%.
 CNAE: 639170000

Local da Prestação do Serviço: CAMPO GRANDE/MS
 Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.
 Descrição da Atividade: Agencias de noticias

Marun quer garantir recursos mínimos para habitação em pequenos municípios

Redação 25/02/2016 18h24

foto: Divulgação



Deputado Carlos Marun (PMDB-MS)

O deputado federal Carlos Marun (PMDB-MS) defendeu emenda de sua autoria que pretende aplicar 25% dos recursos destinados à habitação de interesse social em municípios com menos de 50 mil habitantes. A discussão ocorreu dia 23/2 durante a audiência pública da comissão mista que analisa a Medida Provisória 698/15, que altera regras do programa Minha Casa, Minha Vida.

A iniciativa de Marun beneficia 71 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul que têm menos de 50 mil habitantes. Para o deputado Marun, muitas famílias mudam-se para as grandes cidades por falta de programas habitacionais em suas cidades. Ele argumentou que destinar recursos para esses municípios pode diminuir esse movimento migratório.

"Ponha-se na condição de um desempregado, sem teto, numa pequena cidade, sabendo que na cidade grande vizinha estão sendo construído casas, ou seja, está sendo gerado emprego e está sendo gerado teto. O que ele vai fazer? Vai pegar a mala e vai para a cidade grande. E ele vai fazer o quê? Vai somar-se aos grandes cinturões de pobreza que existem em torno das grandes cidades do País", disse Marun.

Ex-presidente das secretarias municipal e estadual de Habitação, Marun coordenou a construção de 50 mil casas populares, presidiu o Fórum Nacional de secretários de Habitação e conhece muito bem a política do setor. "Construir casas realiza o sonho das pessoas, gera empregos e fortalece a união e a solidariedade das famílias", defende.

Marun também entende que a construção de moradias traz um benefício geral para as cidades porque organiza a área urbana e, em casos de desfavelamento, libera áreas antes ocupadas para a construção de infraestrutura de uso coletivo, sejam vias, parques ou áreas esportivas.

FGTS - A medida provisória prevê que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) conceda ajuda financeira aos beneficiários da faixa 1, com renda mensal até R\$ 1.600,00. O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) fica responsável por prestar garantias às instituições financeiras em operações de financiamento habitacional concedidas à categoria. Em 2015, o FGTS concedeu mais de R\$ 3 bilhões para alocação de famílias de baixa renda e, em 2016, a previsão é de que os investimentos cheguem a R\$ 4,8 bilhões. Deputados e senadores terão até o dia 31 de março para votar a MP, último dia de vigência da medida provisória.



HOME

EDITORIAS

EMPREGO

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

GALERIA DE IMAGENS

EXPEDIENTE

CONTATO



Política

PROJETO DE MARUN ACABA COM RENOVAÇÃO

19 de fevereiro de 2016 | Ray Santos | D. Conarário



A CADA 3 ANOS DO REGISTRO DE ARMAS DE FOGO

Lembrando que muita gente já foi presa por posse legal de arma de fogo apenas porque o registro estava vencido, o deputado federal Carlos Marun (PMDB-MS) apresentou projeto que altera o Estatuto do Desarmamento visando tornar permanente o registro de propriedade de arma de fogo. Marun acha injusto punir criminalmente o proprietário legal da arma por "questões meramente burocráticas".

A iniciativa de Carlos Marun adequa a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, prevendo validade permanente para o Certificado de Registro de Arma de Fogo, mantida pelo seu proprietário exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, propriedade rural, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

Marun assinala que na atual legislação há um dispositivo que "desproporcionadamente, penaliza o cidadão, obrigando-o de três em três anos, a renovar o registro de arma de fogo, sem qualquer sentido lógico, agora o de criar embaraços e de fazer da infernal burocracia uma máquina de arrecadação de vultosas taxas para o

erário".

O deputado lembra que quando se diz "registro da arma", na verdade, está se dizendo registro de propriedade da arma. Desse modo, à semelhança do registro que se faz de um imóvel no cartório de registros de imóveis, para indicar quem é o seu proprietário, e quem tem validade permanente, do mesmo modo não há razão jurídica e lógica para se renovar um documento que já indica a propriedade da arma.

"Se o registro atesta a propriedade sobre a arma, que espécie de propriedade seria esta que vence a cada três anos, sendo necessária a confirmação de inúmeros requisitos e com diversos custos para garantir a posse de algo que já nos pertence?", indaga Marun.

O parlamentar ressalta que há muitos registros de cidadãos que foram presos pela polícia, pela posse ilegal de arma de fogo, porque em sua residência foi encontrada uma arma comprada legalmente e registrada, mas que, devido ao trâmite burocrático moroso e ineficiente do sistema de renovação, estava com registro vencido.

Entende o deputado que "seria injusto punir criminalmente o proprietário da arma de fogo, pela conduta omissiva ao esquecer a data de renovação do seu registro ou mesmo por ignorá-la em razão dos inúmeros envaves criados pelo próprio Poder Público".

Marun conclui que essa "verdadeira anomalia jurídica que fere o senso comum precisa ser corrigida".

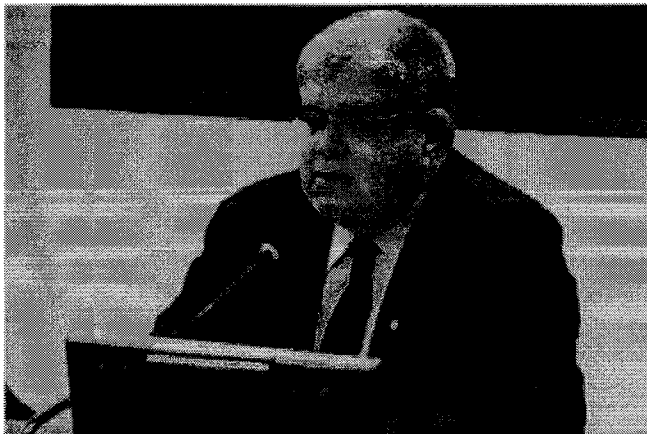
Fonte: Divulgação

INSCRIÇÃO | Cursos, 4 de Fevereiro de 2016 - 20:10

Marun diz que Dilma mentiu para se reeleger

Carlos Marun afirmou também, que é estranho o procedimento de alguns dos principais veículos de comunicação do País, não focarem na necessidade da imprensa no processo de impeachment da presidente Dilma.

POR: ELI CHAGAS



O deputado federal Carlos Marun (PMDB) voltou a criticar a presidente Dilma Rousseff, que não teria mais condições - na sua avaliação - para governar o País. "A presidente mentiu para se reeleger, cometeu crime de responsabilidade ao desconsiderar a Lei Orçamentária e isso sem falar dos recursos da Petrobras que foram desviados para sua campanha",

afirmou Marun num vídeo que postou esta semana em sua rede social.

Nesse vídeo, Marun diz que procura deixar claro também o seu posicionamento em relação ao recurso que apresentou no Conselho de Ética que investiga o Eduardo Cunha, presidente da Câmara e que foi acatado pela Câmara.

Marun explicou que o deputado Marcos Rogério, nomeado relator no Conselho de Ética na representação contra o deputado Cunha, apresentou um novo relatório. Diante disso, foi pedido de vistas pelo deputado Marcos Rogério. As vistas seriam cobrativas e não surtiram e isto foi negado pelo presidente do Conselho.

"Eu recom deusa decisão e por ser óbvio o direito do deputado de conhecer o relatório no qual ele estaria votando, o recurso foi aceito. Diante disso, o Conselho de Ética terá que realizar uma nova votação em relação a esse caso. E, ao contrário do que muitos achem, o processo não volta à estaca zero. O processo será adiado por duas sessões apenas, para que os deputados tomem conhecimento do que está sendo votado", explicou o parlamentar sul-mato-grossense.

Marun ainda lançou um desafio a qualquer um (parlamentar ou não) a provar que seu recurso não está "muito bem embasado" não só no Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Conselho de Ética, como também da Constituição Brasileira. "Foi com base na legislação que o recurso foi aprovado.

Carlos Marun afirmou também, no vídeo, que estranha o procedimento de alguns dos principais veículos de comunicação do País, não focarem na necessidade da imprensa no processo de impeachment da presidente Dilma. O processo, segundo ele, está praticamente travado por uma decisão do SFT.



EDIÇÃO IMPRESSA

180 PÁGINAS

QUANTAS EDIÇÕES

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 09h49 **EDUCAÇÃO**
Com apenas 18 anos, estudante é aprovada em medicina pela UFSC
18/01/2016
- 09h21 **ACIDENTE**
Deslizamentos deixam mais de 10 mortos em São Paulo
18/01/2016
- 08h48 **SAÚDE**
Aeroporto de Campo Grande opera com restrições nesta manhã
18/01/2016
- 21h31 **NO MERCADO**
ASX é apresentado com novo visual e novos itens de série
18/01/2016
- 21h17 **INDÚSTRIA**
Subaru revolve imagem do novo Impreza
18/01/2016
- 21h14 **MERCADO**
Fevereiro apresenta queda nos vendas de veículos
18/01/2016
- 21h08 **OPINIONÁRIOS**
18/01/2016

VER TODAS AS NOTÍCIAS



SHOPCAR
SUA REFERÊNCIA EM VEÍCULOS

Pensando em trocar o seu carro?

Com o novo programa de crédito e aluguel você consegue



AVANÇE AGORA !!